

**IV CONCURSO
Tese 16**

Construir a CUT:

*pela base,
com independência
e democracia*

Tese nacional da CUT pela Base ao IV CONCURSO

Construir a CUT: pela base, com independência e democracia

Tese Nacional

Assinam esta tese:

Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas - SP
Sindicato dos Plásticos - SP
Sindicato dos Sapateiros de Franca - SP
Sindicato dos Previdenciários - SP
Sindicato da Construção Civil de Campinas - SP
Sindicato dos Bancários de Porto Alegre - RS
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo - RS
Sindicato dos Marceneiros de BH - MG
Metabase de Itabira - MG
Sindicato da Saúde do Vale do Aço - MG
Sindicato dos Comerciantes de Ipatinga - MG
Sindicato dos Telefônicos - PR
Sindicato dos Ferroviários - ES
Sindicato dos Têxteis de Fortaleza - CE
Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza - CE
Sindicato dos Trabalhadores em Educação - PB
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabralia - BA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí - PA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - AC
Sindicato dos Químicos - SE

Balanço da CUT e do movimento sindical	7
1. Balanço político	7
2. Balanço organizativo da CUT	9
Estratégia da CUT	11
3. A CUT e o Estado brasileiro	11
4. Construir a estrutura sindical da CUT	14
5. A política de relações internacionais da CUT	16
Análise de conjuntura e plano de ação e lutas	19
6. Conjuntura	19
7. Plano de lutas	23
8. Elementos para o plano de ação	24
Estrutura sindical e organização da CUT	27
9. Perfil do sindicato da CUT	27
10. Sustentação financeira	28
11. Reestruturação da organização vertical	28
12. Um novo sistema de direção da central	29
13. O método da proporcionalidade qualificada	29
14. Um mecanismo democrático para a tirada de chapas cutistas em eleições	30
15. Os delegados dos Congressos da CUT	30

Balanço da CUT e do movimento sindical

1. Balanço político

1.1 - A CUT no final do governo Sarney

O posicionamento correto do 3º CONCUR de colocar a Central no combate ao governo Sarney foi fundamental para o seu desfecho.

O ano de 89 teve a marca de combate global a Sarney, cuja síntese mais acabada e bem sucedida foi a Greve Geral de 14 e 15 de março. Às sucessivas políticas econômicas de Sarney e às suas reiteradas investidas para o pacto social, a CUT respondeu acertadamente com movimentos de massas que colheram, no ano de 1989, importantes conquistas democráticas e sociais. A principal delas foi o fortalecimento da CUT, aos olhos das massas, como o espaço privilegiado da independência de classe e de sua afirmação como direção de amplos setores dos trabalhadores no plano sindical.

A vitoriosa Greve Geral de 14 e 15 de março liberou energias políticas e organizativas que marcaram a retomada de importantes lutas operárias e o avanço das ocupações no campo e determinaram um ascenso poderoso de uma alternativa democrática e popular que polarizou toda a conjuntura.

Esta polarização política e social exigiu que a CUT se posicionasse claramente em favor de Lula no segundo turno das eleições,

o que contribuiu para o avanço da consciência política dos trabalhadores, para uma articulação adequada das lutas sindicais com a luta institucional e para uma demarcação importante com as classes dominantes reunidas em torno de Collor

1.2 - A vitória de Collor e seu impacto no movimento sindical

O saldo positivo e o acúmulo de experiências e lutas construídos em 89 não foram, no entanto, aprofundados e apropriados coletivamente pela Central, até devido ao esfacelamento de suas instâncias que abordaremos no balanço organizativo da CUT. Se 1989 ficou marcado como o ano da Greve Geral e da campanha que quase levou os trabalhadores e seus aliados ao governo federal, 1990 ficará conhecido como o ano em que a CUT foi ao pacto social, contrariando sua tradição política e as próprias deliberações do 3º CONCUR.

O governo Collor tentou construir em torno de si uma “unanimidade nacional” com seu primeiro plano econômico. Para tanto, concorreu a vacilação da CUT e de outras forças de esquerda em demarcar vigorosamente seu caráter anti-popular, perdendo-se nas filigranas dos detalhes e em políticas setoriais de sentido pretensamente positivo.

A CUT a nível nacional entrou num vácuo político que a impediu de apresentar

rapidamente iniciativas de denúncia e contestação globais do plano econômico e a colocou alheia às lutas isoladas que as categorias mais mobilizadas ou aquelas mais atingidas pelas medidas governamentais (como os servidores públicos federais e os trabalhadores nas estatais), conseguiram articular. A postura recuada da CUT nos primeiros meses posteriores à vitória de Collor foi, aos poucos, transformando-se no caldo de cultura que possibilitou a ida da CUT ao pacto.

1.3 - A CUT vai ao pacto social

A participação da CUT no pacto social, travestido de “entendimento nacional”, constitui-se num retrocesso histórico. A ida ao pacto não foi um momento isolado na vida da Central. Corresponde a um trajeto iniciado já em abril de 90, com a assinatura de dois termos de compromisso com Medeiros e o PNBE, não deliberado por nenhuma instância da Central e que transformou-se em objeto de propaganda para uma “ação eficaz” da CUT contra a recessão econômica.

A política levada pela Direção Nacional teve como consequências: a falta de um papel dirigente da CUT nos movimentos do funcionalismo e dos trabalhadores nas estatais; a falta de unificação das lutas em curso; a centralização da ação de sua direção no combate institucional ao pacote; além da desmarcação da Greve Geral convocada para junho, à revelia dos passos concretos que se davam na sua preparação em todos os estados.

Assediada por uma imensa máquina de propaganda governamental, a Executiva

Nacional da CUT viu na sua participação no “entendimento nacional” uma saída para o “isolamento político” na conjuntura. Não se pode, no entanto, caracterizar o fórum do entendimento nacional como um espaço de negociação de alto nível das reivindicações dos trabalhadores ou para o avanço na direção de um Contrato Coletivo de Trabalho nacionalmente articulado.

Seu objetivo era “dividir” as perdas impostas pelo fracasso do plano econômico e pela recessão, enquadrando a CUT na estratégia do Governo de amainar as tensões sociais até estar pronto para baixar novos pacotes sobre os trabalhadores.

Tal decisão foi adotada pela pequeníssima margem de dois votos na Executiva Nacional. A falta de sensibilidade política para este fato colocou nas mãos de uma única corrente uma decisão que unificou todas as demais na posição contrária.

1.4 - A CUT, na oposição e fora do pacto

A estratégia ofensiva de Collor contra os trabalhadores e os erros políticos de direção não significaram a quebra da espinha dorsal do movimento operário brasileiro. A resistência às medidas de Collor, em que pese a falta de unificação, foi grande. Predominaram greves por empresa e por categoria; poucas iniciativas efetivas de movimentos horizontais foram levadas a cabo, criando um vazio político na contestação operária global a Collor. Tal resultado refletiu-se inclusive nas eleições parlamentares e para os governos estaduais, onde as forças democrático-

populares tiveram um desempenho bem aquém do acúmulo conquistado em 1989.

Os erros e vacilações da Direção Nacional não impediram que aos olhos dos trabalhadores nossa Central continuasse a ser uma referência para a luta, que hegemonizasse setores crescentes, como aconteceu com a “Corrente Sindical Classista” e a “Unidade Sindical”, e obrigasse o “sindicalismo de resultados” à criação de uma nova central rompendo com as duas CGTs.

No entanto, a ausência de balanço da participação da CUT no “entendimento nacional” por quaisquer das suas instâncias até o momento, indica um vazio na sua formulação política. A tensão hoje existente na Central entre a afirmação plena da independência de classe e as políticas que objetivamente colocam a ação da CUT circunscrita aos marcos da ordem burguesa não tem seus rumos totalmente delineados, seja pelas correntes internas que a ela se opõem, seja pela radicalização do movimento de massas. O 4º CONCUR tem todas as condições para reafirmar a independência de classe da Central. Oposição a Collor; a CUT fora do Pacto Social!

2. Balanço organizativo da CUT

Há 8 anos de sua fundação, a CUT ainda debate-se com graves problemas organizativos internos.

As insuficiências da organização atual da CUT recolocam na ordem do dia a luta pela democracia na Central, como elemento essencial (não periférico) de um projeto

sindical classista e condição indispensável para a unidade de ação dos trabalhadores

2.1 - A burocratização na Central

Já no 3º CONCUR alertávamos para elementos de um processo de burocratização que se podia observar na CUT. Identificamos vários elementos básicos deste processo:

- o esvaziamento progressivo e deliberado das instâncias dirigentes nacionais da CUT. A Direção Nacional da CUT poucas vezes se reuniu, transferindo, na prática, seu poder dirigente à Executiva Nacional. Ao mesmo tempo, a Executiva teve seu funcionamento totalmente irregular, com a concentração do poder decisório nos titulares das Secretarias, o alijamento dos membros eleitos pelas chapas minoritárias da efetiva responsabilidade dirigente e um processo de desagregação da elaboração coletiva da Executiva sobre as questões do movimento. Esse processo se repete em escala semelhante em várias instâncias estaduais e regionais da CUT, criando uma situação de inconsistência das instâncias diretivas horizontais da Central que as coloquem à altura de suas tarefas definidas em Congresso;

- o aumento do poder decisório das Secretarias em detrimento dos coletivos de direção. As Secretarias têm hoje um funcionamento auto-centrado, definido a partir da orientação política dos seus titulares e assessores, que muitas vezes transformam-se nas instâncias decisórias sobre questões que deveriam passar pelos coletivos de direção;

- falta de centralização política na ação

e construção dos Departamentos. No plano organizativo, os Departamentos rumam hoje por caminhos definidos aleatoriamente pelas direções cutistas de suas categorias, independentemente das políticas gerais definidas pela CUT.

2.2 - A CUT sob vigência dos novos estatutos

Os novos estatutos descaracterizam o projeto originário da CUT no sentido de compreendê-la não como uma Central dirigente do conjunto dos trabalhadores brasileiros mas como uma Central dos sindicalizados às entidades filiadas. Na verdade, a CUT passa a representar organicamente uma parcela mínima dos trabalhadores brasileiros, a maioria dos quais está fora do mercado formal de trabalho e da representação sindical.

Os setores mais dispersos e desorganizados dos trabalhadores, ainda que de categorias importantes, bem como as Oposições Sindicais, têm cada vez menor expressão na vida e na formulação da Central. O mesmo se pode dizer dos trabalhadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde os índices de sindicalização são mais baixos, e dos trabalhadores do setor privado da economia, onde a sindicalização sofre as limitações da repressão patronal mais aberta.

Continuamos afirmando que a CUT e o movimento sindical classista não são projetos consolidados e construídos

definitivamente, que é a compreensão reinante nos novos estatutos. A realidade e os Congressos deste ano mostrarão as distorções que precisaremos corrigir em novas alterações dos estatutos da Central.

Por último, mostrou-se falso o argumento que a centralização política do movimento viria pelo enrijecimento e centralização das estruturas da Central. Essa visão “administrativista” da luta sindical foi derrotada pela experiência desses três anos de aplicação das resoluções do 3º CONCUR.

2.3 - Aumento do sectarismo na disputa interna da Central

Um terreno perigoso sobre o qual se move a luta intestina na CUT é o da busca do controle de aparelhos para legitimar posições políticas existentes no movimento. O caráter plural e democrático que necessariamente as direções sindicais devem possuir é substituído por uma postura hegemônica, excludente das posições adversárias e das minorias presentes no movimento. A disputa de mais de uma chapa cutista nas eleições sindicais vem se tomando um fato cotidiano, com efeitos desagregadores na base das categorias envolvidas em processos despolitizados e sectários.

O resgate do caráter plural e democrático da CUT é condição indispensável para a unidade de ação da Central e seu reconhecimento enquanto direção única dos trabalhadores.

Estratégia da CUT

3. A CUT e o Estado brasileiro

3.1 - O governo Collor

Collor herdou de Sarney um regime político checado por uma crise profunda de governabilidade. Tomou iniciativas mas não conseguiu se estabilizar, seja porque não quebrou a resistência dos trabalhadores, seja porque se anunciam profundos conflitos no interior do bloco burguês.

Para o movimento operário e popular, deter a ofensiva neoliberal, significa derrotar o governo Collor, aprofundar a ingovernabilidade, criar barreiras intransponíveis para a aplicação do seu projeto com base na mobilização e organização das massas trabalhadoras.

O 4º CONCUR deliberou colocar o conjunto do movimento sindical classista na oposição aberta ao governo Collor, rejeitando qualquer participação em pactos sociais, mesmo os convocados por outros segmentos do Estado (como o Congresso e o Judiciário) que possam pretender substituir o Executivo.

A CUT entende a negociação como um momento da luta dos trabalhadores, determinada pela correlação de forças e definida democraticamente pelo movimento. Neste sentido, negociará as reivindicações dos trabalhadores com o patronato e o governo, sempre que a luta assim o exigir, compreendendo que não há possibilidade de adequar os interesses dos trabalhadores no interior do projeto

neoliberal.

No caso de iniciativas cujas características poderão envolver a participação de segmentos fora do campo democrático-popular, não serão vistas pela CUT como o espaço para a formulação de políticas alternativas e projetos setoriais ou globais, mas como espaço de unificação da sociedade civil, em questões pontuais no confronto com o governo (por exemplo, a defesa da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo, a defesa da CSN, a limitação das Medidas Provisórias do Executivo e outras).

3.2 - Articular as lutas de massas com a luta institucional

Ancorado na legitimidade que reclama da eleição presidencial, Collor busca colocar limites ao questionamento popular. Quando não consegue, o novo Congresso Nacional busca substituí-lo no papel de representante legítimo dos anseios da sociedade -mesmo sem conseguir esconder sua feição igualmente conservadora.

As instituições do Estado podem ser -e em geral o são- uma barreira para nossas reivindicações e aspirações, ou podem ser uma caixa de ressonância para o projeto popular. Mas nunca o centro de elaboração e decisão sobre os rumos propostos pelos trabalhadores.

Nesse sentido, a CUT não reconhece uma legitimidade indefinida aos mandatos obtidos nas urnas, senão numa permanente discussão a partir da sociedade civil organizada. O movimento operário

reconhece a legitimidade no cumprimento das reivindicações e aspirações dos trabalhadores.

A CUT entende que mesmo aqueles mandatos conquistados por partidos do campo democrático e popular devem estar sendo avaliados por este critério. O movimento sindical cutista reconhece que muito tem sido feito por Administrações Democrático-Populares no sentido de atender suas reivindicações. Mas afirma também que seu balanço de conjunto indica resquícios do autoritarismo e da seletividade na máquina administrativa montada em função dos interesses burgueses. A CUT deverá adotar uma postura mais ofensiva frente às administrações do campo democrático-popular, tensionando seus limites e alargando os espaços democráticos e a priorização do atendimento às reivindicações do movimento popular e sindical.

O 4º CONCURTO reafirma resoluções históricas da Central no sentido de impulsionar a ação direta dos trabalhadores em movimentos contra os patrões e o Estado. O arsenal de iniciativas que já empreendemos, como grandes mobilizações que questionam atos de governo, greves gerais contra atos do Executivo, Legislativo ou Judiciário, ocupações de terra que efetivem a Reforma Agrária, e outras, constituem o elemento mais positivo da ação institucional da CUT e devem ser aprofundadas nesta conjuntura.

Por isso, a CUT coloca o centro de sua atividade de formulação de alternativas no país no movimento de massas, no campo das organizações sindicais e

populares, sua capacidade de se mobilizar e romper as iniciativas anti-operárias e impor políticas alternativas.

3.3 - Aprofundar a união campo - cidade

Para superar o cerco à luta no campo, a CUT reafirma seu compromisso com a luta pela Reforma Agrária e o conjunto das lutas dos trabalhadores rurais. Faz-se necessário retomar o esforço da união campo-cidade tão presente na época de fundação da Central. A retomada da ofensiva exige um grande esforço no sentido de construir uma ação articulada com os movimentos que atuam no campo, como o Movimento dos Sem Terra, movimento de mulheres, dos atingidos por barragens, o Conselho Nacional de Seringueiros etc. Para tanto estabeleceremos um diálogo profundo e fraterno, reconhecendo como legítima e necessária sua autonomia. Para enfrentar a violência do latifúndio, a CUT reconhece como legítima a auto-defesa ativa.

3.4 - Projeto alternativo dos trabalhadores

Para enfrentar o projeto neoliberal é necessário partir da resistência a suas iniciativas, mas é fundamental também informar cada combate dos trabalhadores com uma política alternativa, elaborada a partir dos interesses do mesmo e das necessidades do povo.

Lutamos contra o projeto neoliberal, mas sem defender o modelo capitalista anterior, nem as experiências burocratizadas do chamado "socialismo real". A CUT enquanto central sindical classista que articula interesses imediatos e históricos

dos trabalhadores, defende o socialismo e nas disputas com o projeto neoliberal deve apresentar projetos setoriais informados pelo seu projeto histórico, através da combinação de lutas por reformas radicais e medidas que já superam os marcos da ordem pretendida pelas classes dominantes.

O 4º CONCURTO reafirma, portanto, o caráter anti-capitalista e a afirmação do socialismo como alternativa dos trabalhadores para a sociedade. Constitui ainda, como prioridade para a Direção Nacional através de sua Secretaria de Políticas Sociais, a tarefa de coordenar a elaboração de projeto setoriais que engajem os sindicatos e as instâncias regionais e estaduais, horizontais e verticais, que tenham acúmulo nas seguintes áreas consideradas prioritárias:

- a) *A CUT e a estrutura produtiva do Estado brasileiro*
- b) *A CUT e as estratégias patronais de "modernização" da produção*
- c) *A CUT e os direitos sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras*
- d) *A CUT e a questão ambiental*
- e) *A CUT e a questão agrária*
- f) *A CUT e a questão militar*
- g) *A CUT e os meios de comunicação de massas*
- h) *A CUT e a questão regional*

Tais projetos deverão ser objeto de debate na Direção Nacional e aprovação nas Plenárias Nacionais, precedidas de amplos debates com os organismos envolvidos nessas áreas.

3.5 - Disputa de hegemonia

A realização dos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores está ligada à construção de uma ampla capacidade das organizações da classe em incorporar setores crescentes da população às fileiras da defesa de um projeto classista, anti-capitalista, socialista.

Nesse processo é fundamental o fortalecimento da identidade classista da CUT, capacitando-se para construir um campo de coesão na resistência às ofensivas neoliberais.

Mas não haverá efetivo coesionamento no campo operário e popular se suas principais organizações não se engajarem numa disputa de conjunto contra o projeto neoliberal, questionando-o desde a perspectiva socialista.

Para a disputa da hegemonia com a burguesia é necessária a construção de uma ampla frente classista que deve se credenciar na luta contra a recessão, o desemprego e o arrocho, num primeiro momento, num questionamento de conjunto ao projeto neoliberal, a seguir, e na sua efetiva configuração como um novo bloco de forças políticas e sociais que disputa o poder no país.

A CUT deverá estar apta a dar repercussão a estas iniciativas, razão pela qual o 4º CONCURTO delibera a criação imediata de um jornal de massas nacional, a ser distribuído pelas entidades filiadas e define um prazo de 6 meses para que a Secretaria Nacional de Comunicação da CUT apresente à Direção e à Plenária Nacional um plano de comunicação completo para a difusão de massa de nossos projetos e ações.

4. Construir a estrutura sindical da CUT

4.1 -O combate à estrutura getulista pressupõe a construção da estrutura cutista

A CUT tem em suas resoluções congressuais um conjunto de orientações que permite enfrentar o desafio neoliberal. Houve, no entanto, nos últimos anos, uma “acomodação” dos nossos sindicatos à estrutura sindical oficial, o que enfraqueceu a “vontade política” de mudar drasticamente o seu perfil.

Agora, está colocado à CUT desfechar o ataque final à herança do sindicalismo atrelado e investir na construção de sua estrutura sindical, priorizando:

- a) a implantação da CUT no local de trabalho;
- b) a implantação dos sindicatos por ramo de atividade econômica superando a base municipal;
- c) a implantação das estruturas verticais cutistas por ramo de atividade econômica a nível estadual e nacional;
- d) o fortalecimento das estruturas horizontais da CUT desde o nível regional, priorizando a proliferação de CUTs Regionais em todo o país e o fortalecimento democrático das direções em todos os níveis.

4.2 - Uma política da CUT frente às agressões da burguesia no terreno sindical

O projeto neoliberal toma uma série de iniciativas que tanto mudam o perfil da estrutura produtiva do capitalismo

dependente brasileiro, como tenta redefinir a relação entre o Estado e os trabalhadores.

Trata-se pois de uma situação nova para o movimento sindical combativo, já que a década de 80 em que este se desenvolveu foi apenas um prolongamento do anterior modelo econômico em crise e o aprofundamento da crise de dominação burguesa no país. Agora, trata-se de um projeto burguês que traz novidades, é ofensivo, cria confusão trabalhando em toda a linha da atividade sindical (estrutura sindical, negociações trabalhistas, organização da produção no local de trabalho etc)

Para enfrentar esse período, a CUT tem que tomar a ofensiva, nos seguintes campos:

- abrir, com o processo de reorganização de seus sindicatos, uma ampla campanha de discussão entre todos os trabalhadores do país sobre os sindicatos, sua organização por ramo e a extensão de suas bases, mostrando que são os sindicatos cutistas os que melhor organizam a defesa de seus direitos e disputando a representação dos trabalhadores com todas as formas de sindicalismos burguês no meio dos trabalhadores. É fundamental garantir mecanismos democráticos para que as categorias deliberem o perfil do sindicato que querem construir.

- promover Congressos conjuntos de categorias cujas entidades estão em processo de fusão, e inclusive com trabalhadores que não se sentem representados por aquelas entidades que se recusam à unificação por ramo ou região.

- construir uma única estrutura vertical da CUT (ver propostas em Estrutura Sindical e Organização da CUT)

- rejeitar qualquer tipo de tutela estatal sobre as negociações trabalhistas criando, a partir das estruturas verticais da Central, condições para negociações conjuntas, partindo da mobilização e pressão dos setores, construindo as condições para a unificação generalizada das datas-base.

4.3 - Combate ao “sindicalismo de resultados”

Sob o governo Collor, o combate ao movimento sindical classista encontra um elemento fundamental no fortalecimento - com ajuda do Estado e dos patrões - de um movimento sindical ideologicamente afinado com os interesses do capital que confronte o sindicalismo classista numa disputa política e ideológica no movimento de massas.

O combate ao sindicalismo de resultados pressupõe, pois, uma estratégia de combate em três planos:

- no plano ideológico, com a afirmação de um sindicalismo classista, autônomo, independente, democrático e organizado pela base, claramente identificado com o socialismo enquanto projeto histórico dos trabalhadores, que articula interesses imediatos e históricos, lutas específicas e gerais, de caráter econômico e político.

- no plano político, na denúncia de sua articulação com o projeto neoliberal e o governo Collor, sua ligação partidária com as forças de direita, sua docilidade aos interesses do capital e contra as lutas históricas dos trabalhadores (como a redução de jornada, estabilidade no emprego, comissões de fábrica e outras).

- no plano organizativo-sindical, como fortalecimento de oposições sindicais na

base de suas entidades, um trabalho de massas em suas categorias, incentivo à auto-organização dos trabalhadores na sua base em organismos por empresa e região e um trabalho unitário do conjunto das forças cutistas no combate eleitoral nestes sindicatos.

4.4 - Negociações trabalhistas

O atual modelo de negociações trabalhistas é um complemento da estrutura sindical oficial, isto é, faz parte do atrelamento da organização e mobilização da classe trabalhadora ao Estado.

É necessário dotar o sindicalismo cutista de uma nova perspectiva para as negociações trabalhistas. O Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) aprovado genericamente por Congressos anteriores, aponta nesse sentido.

Mas o CCT não substitui, nem é, um questionamento ao conjunto do projeto neoliberal e assim não deveria se constituir no elemento organizador da estratégia da CUT na atual conjuntura.

De outro lado, é necessário termos um balanço crítico das experiências de negociações trabalhistas recentes e das iniciativas de colocar em pauta o CCT. As tentativas de apresentar modelos prontos, sobretudo a partir da experiência italiana, vão no sentido oposto, e podem levar nosso movimento a erros irreparáveis.

Em suma, nem importação de modelos nem o CCT como panacéia.

A CUT fortalecerá suas estruturas verticais no sentido de dotá-las de capacidade mobilizadora para negociações generalizadas, no mesmo período, de categorias de peso, sob coordenação de

sua Direção Nacional. Este mecanismo possibilitará a criação de condições favoráveis ao rompimento com o calendário das negociações tuteladas pelo Estado e para o avanço do atual estágio de negociações.

5. A política de relações internacionais da CUT

5.1 - Pela independência da CUT no plano internacional

A concepção e a prática sindical da CUT não encontram correspondência em nenhuma das centrais sindicais mundiais. A filiação à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), defendida por dirigentes da Executiva Nacional da CUT, e o compromisso com as concepções e práticas sindicais nela existentes, são danosas à constituição de um pólo classista, combativo, solidário e democrático no plano internacional.

A CUT deve continuar preservando sua autonomia e independência frente às centrais sindicais mundiais e desenvolver iniciativas visando aprofundar seu relacionamento na luta com os movimentos dos trabalhadores no plano internacional.

5.2 - Relações internacionais baseadas na luta

Na linha de iniciativas em curso, precisamos aprofundar a troca de experiências e a constituição de fóruns permanentes de relacionamento com o movimento sindical internacional em torno de temas de relevância para a nossa estratégia sindical, como a dívida externa, a privatização de setores da economia sob controle estatal, a indústria bélica e a

corrida armamentista, a proteção ao meio-ambiente (inclusive preparando uma intervenção qualitativa da CUT frente às atividades da Nações Unidas no Brasil em 1992, organizando um encontro alternativo), a garantia dos direitos sindicais, condições de saúde e segurança no trabalho, novas técnicas de produção e organização da força-de-trabalho, entre outros.

5.3 - Prioridade nas relações latino-americanas

A CUT deve aprofundar o relacionamento prioritário com o movimento sindical latino-americano e avançar no sentido de uma organização sindical que articule o conjunto do movimento sindical do continente, independentemente da filiação às Centrais mundiais. Caberá à Direção Nacional, através da Secretaria de Relações Internacionais, propor às Centrais com as quais já desenvolve um trabalho em comum, a organização de um encontro latino-americano que discuta as bases para uma organização sindical classista e democrática, sua carta-de-princípios, plano de lutas e cronograma de construção.

5.4 - Solidariedade desde a base

A relação da CUT com outras centrais sindicais e movimentos de trabalhadores deve ser acompanhada de relações ao nível das categorias profissionais, ramos de produção e instâncias regionais da Central. Precisamos caminhar para uma efetiva articulação dos trabalhadores, desde a base até os planos nacional e internacional, investindo na relação das organizações de base por empresa e por ramo de produção no ramo internacional. Com o

acompanhamento da Secretaria de Relações Internacionais da CUT, os sindicatos e os departamentos deverão constituir suas estruturas de relacionamento internacional.

5.5 - Solidariedade aos povos em luta

Por fim, a política de relações internacionais da CUT deve resgatar nossa solidariedade com todos os movimentos emancipatórios que buscam a libertação dos povos oprimidos, o fortalecimento da democracia e a construção do socialismo. Experiências revolucionárias como as da Nicarágua, El Salvador, Palestina e outras necessitam de solidariedade efetiva e ações de suporte político e diplomático. Uma

campanha a ser imediatamente aprofundada pela CUT é a de solidariedade ao povo palestino e pelo estabelecimento de uma Conferência Árabe que defina uma solução global e duradoura para os conflitos regionais do Oriente Médio, com a retirada de todas as tropas imperialistas ali instaladas desde a eclosão da Guerra do Golfo Pérsico e a afirmação do princípio da autodeterminação dos povos árabes.

A CUT manterá igualmente relações de intercâmbio e solidariedade com os novos sindicatos e movimentos dos trabalhadores que se construam a partir das lutas dos trabalhadores contra a tirania burocrática no Leste Europeu.

Análise de conjuntura e plano de ação e lutas

6. Conjuntura

6.1 - O imperialismo busca uma “nova ordem internacional”

“Temos diante de nós a oportunidade de forjar para nós e para as gerações futuras uma nova ordem mundial...”

Assim falou Bush, no dia 16 de janeiro. O controle do petróleo e dos seus derivados através da guerra com o Iraque, numa ofensiva militar que só encontra precedentes semelhantes na II Guerra Mundial, é a resposta imediata do imperialismo norte-americano ao final da antiga ordem mundial estabelecida em Yalta e Potsdam, que ruíu com os acontecimentos do Leste Europeu. Quem dominar o Oriente Médio em grande medida terá o mundo a seu dispor. Esta é a lógica dos Estados Unidos.

“Cedo ou tarde, o Terceiro Mundo retornará com outros desafios. Mas, se a guerra do Golfo terminar como começou, não restarão dúvidas sobre quem manda agora. Os dias felizes estão de volta” (Sunday Telegraph, Londres).

A frase sintetiza o caráter do que se passa no Golfo, bem como as suas perspectivas: trata-se de uma guerra imperialista, contra um país atrasado. Comandada pelos Estados Unidos, ao lado dos países imperialistas mais nefastos do planeta: França, Inglaterra, Alemanha, Japão...

Entre os sócios dos Estados Unidos nesta empreitada há de se destacar a URSS

e a China, cujos votos no Conselho Permanente de Segurança da ONU foram decisivos no aspecto de “legalizar” a ação militar dos americanos.

A tentativa de extermínio do Iraque revela à classe trabalhadora, uma vez mais, que a ordem econômica capitalista mundial é incapaz de existir sem o recurso já secular de guerras regionais ou mundiais.

A antiga ordem mundial significava a divisão do mundo entre os Estados Unidos e a URSS, os vencedores da II Guerra Mundial. Em poucas palavras, esta ordem deixava para o imperialismo a dominação do mundo ocidental, aos burocratas pertencia a dominação dos países do Leste.

Com a Guerra do Golfo Pérsico os Estados Unidos pretendem impor uma nova ordem, mantendo-se hegemônicos na dominação imperialista mundial.

Este papel tinha diminuído sensivelmente após sua derrota no Vietnã, com a crise econômica estrutural do capitalismo mundial e, paralelamente, com o crescimento do papel econômico e político da Europa unificada - particularmente Alemanha - e do Japão ao nível mundial.

Esta ofensiva militar em larga escala faz parte de uma estratégia que tem duas outras componentes, a nível político e ideológico, principalmente após a derrubada dos regimes burocratizados do Leste Europeu. Atualmente, os ideólogos do imperialismo tentam intoxicar a classe trabalhadora mundial elevando a

democracia burguesa como “oitava maravilha” do mundo. No Leste Europeu, o capitalismo é apresentado pelas correntes restauracionistas da propriedade privada dos meios de produção como o paraíso terrestre.

No entanto, esta ofensiva do imperialismo não se corresponde com a situação da economia capitalista mundial. Permanece a crise estrutural do capital imperialista, de longa duração, inaugurada em 1973. Esgota-se o modelo de recuperação econômica estabelecido por Reagan nos Estados Unidos, com os grandes gastos públicos em armamentos. Inicia-se uma importante recessão nas economias norte-americana, inglesa e canadense, bem como uma redução das taxas de crescimento nas economias alemã e japonesa.

Paralelamente, e como consequência, entraram em crise economias de países - e seus governos, em alguns casos - identificados como os principais representantes do projeto neoliberal, que pretendem apresentar como sinônimo de modernidade e eficiência. É o caso da Inglaterra.

O modelo neoliberal significa, entre outras coisas, um ataque ao sistema previdenciário e aos serviços públicos criados pelo “Estado de Bem-Estar”, aos direitos trabalhistas que “limitam” a produtividade capitalista, à presença do Estado em setores produtivos substituindo-o por capitais privados e, finalmente, uma onda ideológica conservadora e autoritária contra minorias, imigrantes, mulheres etc, com o objetivo de aumentar o controle do Estado sobre a sociedade civil.

Face à permanência da crise estrutural

do capitalismo, a proposta neoliberal, em suma, se constitui num conjunto de medidas que tentam recuperar a rentabilidade geral do capital, aumentar o controle burguês sobre os trabalhadores, achatar o nível de vida da classe trabalhadora, etc.

6.2 - Imperialismo, países atrasados e radicalização da luta de classes

Nos países atrasados e dependentes do imperialismo, como é o nosso caso, a ponta de lança do projeto neoliberal é a abertura de seus mercados ao comércio exterior. Esta abertura nada mais é que a submissão da economia local ao imperialismo em novos moldes. Fortalecidos pela formação de mercados, por avanços tecnológicos em vários setores, o capital imperialista sai em busca de mercados para seus produtos de ponta.

Os governos dos países atrasados, expressão das vacilantes burguesias subordinadas ao capital internacional, abrem mão da construção de um “projeto nacional” próprio. Nossos países, subordinados às regras do jogo do capital internacional, com cada vez menos instrumentos de política econômica autônoma, não entram na prometida modernidade, nem “pegam o trem da história” para alcançar o Primeiro Mundo, mas apenas fazem a contrapartida grotesca da modernidade capitalista, com a crescente exclusão das amplas massas dos mais elementares direitos econômicos e sociais, com o sucateamento do parque industrial, com a destruição dos serviços públicos e o conseqüente avanço dos negócios privados nessa área.

Assim, na América Latina o número de pessoas vivendo abaixo do limite de pobreza bateu recorde em 1990: 204 milhões, enquanto só os juros da dívida externa latino-americana determinaram, entre 1982 e 1988, uma transferência líquida de capital da região para os países credores de US\$ 200 bilhões.

Seja na forma de governos ditatoriais, seja na forma de regimes democrático-burgueses, a nova estratégia do capital só tem a trazer uma miséria cada vez maior para a classe trabalhadora do Terceiro Mundo. Assim, abre-se espaço para um período de radicalização da luta de classes.

6.3 - A crise das burocracias do Leste Europeu

Todos os regimes políticos, todas as instituições burocratizadas do Leste Europeu, foram ou estão sendo eliminadas, com maior ou menor rapidez, pelo movimento de massas. O caráter geral dessas mobilizações foi a luta pelas liberdades democráticas, dada a existência de décadas de ditadura exercida pela burocracia contra a classe trabalhadora e o conjunto da população.

Encaramos como extremamente positivos estes acontecimentos, já que entendemos que o socialismo, em suas linhas gerais, deve ser a identidade entre a propriedade coletiva dos meios de produção fundamentais com o poder político exercido direta e democraticamente pela classe trabalhadora.

Há de se ressaltar que existe uma diferença qualitativa entre as mobilizações anti-burocráticas dos últimos anos e aquelas realizadas em décadas anteriores, em que

o socialismo era reivindicado pelo movimento de massas. Agora, não.

O fato dos regimes burocratizados terem passado por anos e até décadas de estagnação econômica e deterioração das condições de vida e trabalho, provavelmente, fizeram com que os trabalhadores desses países deixassem de ver a propriedade estatal dos meios de produção como um patrimônio histórico a ser defendido. Dessa maneira, criou-se uma margem para que correntes pro-restauracionistas da propriedade privada dos meios de produção ganhassem, pelo menos momentaneamente, uma grande audiência junto à classe trabalhadora de todo o Leste.

De outro lado, o ano 1990 significou uma forte desaceleração nas atividades econômicas de todos os países do Leste, e uma intensificação na luta de classes. Na Bulgária, uma greve geral de quatro dias derrubou o primeiro-ministro. Na Polônia, o antigo primeiro ministro ficou em último lugar nas eleições. Na ex-Alemanha Oriental, houve uma onda de greves por melhores condições de vida e de trabalho, em julho e novembro, que envolveu cerca de dois milhões de trabalhadores. Na URSS houve greve dos metroviários e dos mineiros. Em várias regiões desse país existe uma guerra civil em potencial, pois a burocracia nega o legítimo direito à auto-determinação das nacionalidades oprimidas (Lituânia, Estônia, ...).

A falência histórica e prática dos modelos burocráticos do Leste faz com que todos os propagandistas do capitalismo se lancem numa ofensiva política e ideológica anunciando a morte do socialismo. Esta

ofensiva é forte na medida em que, mesmo fora do Leste Europeu, não existe outro modelo diferente... Seus reflexos chegam até o Brasil..

Para tal ofensiva, o capital conta inclusive com a ajuda de parcelas majoritárias da burocracia que se reciclam nos marcos da propriedade privada.

Pelo Ocidente, não há nenhum “Plano Marshall” que desloque vultosos investimentos para esses países, justamente por conta da instabilidade e a aceleração da disputa política.

Portanto, as tentativas de reciclagem do capitalismo serão feitas com todos os custos sociais, sem nenhuma condição econômica favorável para o imperialismo, e com um acirramento da resistência operária e popular.

6.4 - É necessário e possível derrotar o governo Collor

Com a eleição de Collor no final de 1989, instala-se uma aparente hegemonia do projeto neoliberal no seio das classes dominantes. Pode-se dizer que este fenômeno é tanto resultado de uma ação desesperada anti-Lula como a rendição frente aos impasses do modelo econômico dependente em crise profunda na década de 80.

Para o conjunto da burguesia, Collor significou uma opção por um governo federal forte, por um autoritarismo revigorado; uma adequação à continuidade da tutela militar; uma brutal intervenção estatal a favor de uma “inserção passiva” na ordem econômica internacional capitalista; a rapinagem do setor estatal lucrativo via privatizações; um ataque aos

já restritos direitos sociais; uma confrontação aberta e direta com o movimento operário e popular; uma abertura maior do mercado interno às multinacionais; em suma, uma maior concentração de rendas e riquezas.

Sintonizado internacionalmente com a onda neoliberal, com ampla cobertura dos meios de comunicação, o governo Collor passou à ofensiva desde o primeiro dia através do seu plano que, em resumo, significou para a classe trabalhadora: um brutal arrocho salarial, desemprego massivo via a recessão; uma forte ofensiva no campo sindical, buscando reestruturar o sindicalismo de orientação pró-burguesa via o “sindicalismo de resultados”; um agravamento qualitativo dos serviços públicos essenciais à população.

Para a classe trabalhadora o ano de 1990 foi de resistência a essa ofensiva. Foi um ano repleto de lutas, greves, mobilizações, ocupações de fábricas e empresas, em patamares comparáveis aos de 1989.

A luta dos trabalhadores rurais, apesar de ter assumido contornos mais radicais, enfrenta um brutal cerco por parte dos latifundiários e do Estado. A política do governo Collor apresenta a colonização e o arrendamento como alternativas à desapropriação. O empobrecimento e a exclusão agravam as condições de vida dos pequenos produtores. A violência continua como a marca da luta no campo. A eliminação de lideranças se intensifica na trilha da impunidade. A condenação dos assassinos de Chico Mendes representa a exceção que confirma a regra.

Se para a realização global do Plano

Collor era fundamental uma derrota histórica da classe trabalhadora, podemos afirmar com certeza que não acabou o ano com seu objetivo atingido. Mas as lutas foram travadas de forma dispersa, atomizadas, setoriais ou por categorias. Não teve a classe trabalhadora uma direção que centralizasse e coordenasse unitariamente e de uma só vez a energia de milhões de grevistas.

Em dez meses de governo Collor o PIB do país caiu mais de 4% em 1990. A inflação chegou a patamares semelhantes aos “melhores momentos” de Sarney, e o combate a ela se mostrou um fracasso total. O problema agravou-se pois a estrutura oligopólica da economia brasileira reagiu à política recessiva (“anti-inflacionária”) diminuindo atividades, demitindo trabalhadores, mas aumentando os preços de tal forma que compensaram a margem de lucro.

Com o fracasso do Plano Collor 1, o governo editou o PC2(Plano Collor 2), que trouxe elementos parecidos, no que tange a preços e salários, à política desenvolvida sob Sarney: congelamento dos já arrojados salários, elevação brutal de tarifas e de preços de alguns produtos essenciais, tabelamento de preços pelo seu nível máximo, etc. Em poucas palavras, maior miséria, maior desemprego.

Há um ano da posse do Collor a insatisfação popular com as medidas econômicas cresce. No começo do seu mandato havia muita expectativa, como também a “legitimação” dada através das urnas. Agora, há uma hostilidade crescente contra o próprio governo no conjunto da classe trabalhadora e avança a divisão no

interior das classes dominantes em relação a este novo plano.

Em suma, começa a se abalar a base político-social que levou Collor à vitória nas urnas. E há uma tendência à radicalização por parte do conjunto dos trabalhadores. A palavra de ordem da Greve Geral começa novamente a encontrar eco nas reuniões ou assembléias de trabalhadores.

7. Plano de lutas

O 4º CONCURT, do conjunto de lutas dos trabalhadores brasileiros, destaca seis grandes eixos para seu Plano de Lutas no próximo período:

a) Contra a recessão, o arrocho salarial e o desemprego.

- Estabilidade no emprego
- Redução da jornada de trabalho para 40 h semanais sem redução de salários
- Reposição das perdas salariais
- Reajuste salarial mensal pelo índice do DIEESE

b) Não pagamento da dívida externa

c) Contra o plano de privatizações do governo Collor

- Revogação dos planos já anunciados
- Controle social da produção nas estatais
- Ampliação dos direitos sociais e participação dos trabalhadores no gerenciamento dos fundos sociais

d) Liberdade e autonomia sindical

- Ratificação da Convenção 87 da OIT
- Estabilidade no emprego para as

representações sindicais nos locais de trabalho

e) Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores

f) Internacionalismo

- Contra a política belicista dos Estados Unidos

- Pelo direito do povo palestino à auto-determinação

- Apoio aos trabalhadores nicaraguenses contra o governo Chamorro

- Apoio aos trabalhadores salvadorenhos contra os Estados Unidos e o governo da ARENA

- Pelo direito à auto-determinação das nacionalidades oprimidas no interior da URSS

8. Elementos para o plano de ação

8.1 - Defesa das Estatais

O 4º CONCURT analisará as resoluções da Conferência de Trabalhadores em Estatais (16 e 17 de março) para definir sua adesão às linhas de trabalho tiradas nesse evento, entendendo que a defesa das estatais a serviço do povo e de um projeto de desenvolvimento econômico autônomo, com o avanço dos direitos democráticos para os trabalhadores das mesmas, são a primeira trincheira contra a implantação do projeto neoliberal no país.

8.2 - A luta dos povos da floresta

Esta Tese apóia as propostas apresentadas pelos companheiros extrativistas.

8.2 - A questão da mulher

As mulheres vivem uma situação diferenciada dos homens, na relação com o capital. Isso é determinado pela divisão sexual do trabalho, existente em todos os espaços da sociedade, que define determinados trabalhos ou tarefas como femininos e outros como masculinos, e onde os considerados femininos são sempre desvalorizados.

Isso faz com que:

- as mulheres recebam os menores salários;

- fiquem isoladas em categorias consideradas “desqualificadas”;

- tenham o seu acesso ao mercado de trabalho reduzido;

- não ocupem cargos de direção ;

- seu trabalho assalariado seja sempre considerado extensão do trabalho de dona de casa ;

- sua inserção no mercado de trabalho medida pela sua situação na família, portanto seu salário considerado complementar.

Reconhecer essa situação, para o movimento sindical, significa compreender o peso que tem para aumentar o nível de exploração da classe trabalhadora como um todo, rebaixando os seus salários ao manter as mulheres como setor super-explorado.

Isto exige a luta pelo acesso igualitário das mulheres ao mercado de trabalho em todos os ramos de atividade, salário igual, acesso a profissionalização, promoções, etc.

O movimento sindical, construído historicamente como um espaço masculino, reproduz cotidianamente a divisão sexual

do trabalho. Divide tarefas onde as mulheres em geral estão em posições secundárias ou organizativas e de infraestrutura. Reproduz a dominação machista seja nas piadas, nas cantadas e no assédio sexual. Desvaloriza o trabalho realizado pelas mulheres e além disso não reconhece que as mulheres entram para a vida política em situação de desigualdade com os homens, em função de sua socialização para a vida doméstica, de suas maiores dificuldades no mercado de trabalho, da dupla jornada e da ameaça constante da violência sexista.

A organização específica das mulheres dentro do movimento sindical neste último período cresceu significativamente no setor urbano, conseguindo se generalizar para vários sindicatos, e continuou crescendo no campo.

Na Central, houve um avanço significativo pelo investimento da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT) na parte de formação. Mas, de fato, as reivindicações das mulheres, aprovadas nos Congressos, não foram ainda incorporadas de forma efetiva pela CUT. Isso enfraqueceu, por exemplo, a luta por creche. A mesma debilidade ocorre em relação à discussão do aborto, que o 3º CONCUR decidiu abrir, e que três anos depois encontra-se no mesmo patamar. É necessário, na preparação do 4º CONCUR, enfrentar essa discussão.

Em suma, é necessário que o movimento sindical incorpore como parte da sua luta as reivindicações específicas das mulheres e reconheça que é imprescindível a organização própria das mulheres e sua capacitação como dirigentes de sua própria

luta. Exige sua organização autônoma também por dentro do movimento dos trabalhadores, assim como a sua incorporação ao movimento autônomo de mulheres.

Propostas:

- Creche: é preciso reafirmar a bandeira da creche como prioritária e o dia 12 de outubro como Dia Nacional de Luta por Creche.

- Violência: é importante que os sindicatos denunciem todas as formas de violência a que as mulheres estão submetidas dentro dos locais de trabalho, bem como no interior do movimento sindical.

- Garantir mecanismos que propiciem a participação das mulheres nos sindicatos e demais instâncias organizativas.

- Garantir uma participação maior de mulheres em atividades de formação, com o objetivo de contribuir para uma maior capacitação política de dirigentes mulheres.

- Trabalho doméstico: a CUT deve se engajar tanto nas mobilizações que visam socializar o trabalho doméstico (lavanderias comunitárias, restaurantes populares, etc.) como travar o debate sobre a necessidade que os trabalhadores dividam tarefas domésticas com suas companheiras.

8.4 - A luta no campo

O 4º CONCUR assume as resoluções do 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT.

8.5 - A saúde do trabalhador

Os Sindicatos que assinam esta Tese apresentarão um texto específico sobre o trabalho em saúde.

Estrutura sindical e organização da CUT

O 4º CONCUR deliberou iniciativas concretas e afirmativas para o avanço da estrutura sindical da CUT e alterações nos seus Estatutos.

9. Perfil do sindicato da CUT

O 4º CONCUR deliberou a reorganização dos sindicatos da CUT com base nos ramos de atividade econômica, como proposta que visa romper com a divisão instaurada pela CLT.

Em segundo lugar, o 4º CONCUR deliberou a reorganização dos sindicatos da CUT para ampliar sua base territorial para além do município, de maneira a constituir sindicatos por ramo de atividade econômica por região. Dependendo da trajetória de determinadas categorias ou características do ramo, a extensão da base poderá ser estadual ou inter-estadual.

Nessa dupla reorganização deverão ser seguidos os seguintes critérios:

- o conceito que adotamos de "ramo de atividade econômica" é o que compreende o ramo a partir da natureza do trabalho coletivo;

- a CUT orienta a reorganização de maneira que os trabalhadores de todo o ramo estejam organizados na mesma entidade. O 4º CONCUR delega a elaboração dos critérios para a conformação dos ramos a uma comissão integrada por membros da DN/CUT e do DIEESE, e sua aprovação para uma Plenária Nacional da CUT a ser realizada até 6 meses após o 4º

CONCUR;

- nesta reorganização não devem ficar separados os trabalhadores do setor público dos do setor privado, nem os da administração direta dos da indireta;

- a nível urbano, os trabalhadores autônomos não poderão pertencer ao mesmo sindicato dos assalariados. Enquanto avança a discussão sobre a composição dos ramos de atividade econômica, a CUT - observando o que indicam a trajetória de lutas e organização específicas em cada região - admitirá a criação de STR assalariados nas regiões em que esta categoria for predominante e nas demais manterá a política de um sindicato único para todas as categorias de trabalhadores rurais;

- deverá ser definido pela DN/CUT um processo para dissolver os sindicatos de profissionais liberais nos sindicatos por ramo;

- aprovados estes critérios e definidos os ramos de atividade econômica, a CUT deflagrará uma ampla discussão entre os trabalhadores para aprovar o novo perfil dos sindicatos através de mecanismos democráticos de base;

- caberá à Direção Nacional através da Secretaria de Política Sindical apresentar uma proposta de elementos básicos para os estatutos dos Sindicatos da CUT, que incorpore as características classistas e democráticas da Central à vida orgânica de suas entidades de base: direção colegiada,

instâncias de deliberação que agrupem o conjunto das organizações de base, a auto-sustentação financeira, etc. Essa proposta deverá ser discutida amplamente numa Plenária Nacional até seis meses após o 4º CONCURTO, e aí definido o prazo para sua implementação.

10. Sustentação financeira

Partimos do princípio que é a contribuição mensal voluntária dos associados que deve sustentar a atividade sindical.

Para tanto, é fundamental aumentar a taxa de sindicalização que nos sindicatos cutistas ainda é de 28% em média (frente a 17% em média do movimento sindical como um todo).

A mensalidade deve deixar de ser simbólica, para expressar realmente uma contribuição voluntária ao esforço organizativo da categoria.

Outro objetivo será o da profissionalização cada vez maior dos aparelhos sindicais, resolvendo velhos problemas de administração da máquina, falta de controle e otimização dos processos de funcionamento. Uma quantia significativa deixará de ser desperdiçada na máquina burocrática para ser aplicada na luta.

É necessário, igualmente, ter um planejamento estratégico que objetive livrar o sindicato do oneroso e descabido papel que cumpre o assistencialismo.

Em se tratando de investimentos específicos, como a aquisição de patrimônio ou campanhas especiais, para o próximo período, o 4º CONCURTO se posiciona favorável ao desconto de taxas, autorizadas

por assembleias com esse ponto de pauta, sobre o conjunto da base de trabalhadores que abrange o sindicato.

Por último, o 4º CONCURTO delibera a obrigatoriedade da devolução do imposto sindical a todos os trabalhadores da base.

11. Reestruturação da organização vertical

Uma falsa polêmica sobre a denominação da estrutura vertical da CUT (Federação X Departamento) vem ocultando a verdadeira discussão que se impõe na atual conjuntura e no estágio de construção da nossa Central: primeiro, a relação entre a estrutura da CUT e o sistema federativo oficial; segundo, o critério para a constituição de estruturas verticais; terceiro, o papel das mesmas, sua subordinação (ou não) às estruturas horizontais da CUT.

O 4º CONCURTO delibera as seguintes medidas que reformulam a organização vertical da CUT e sua relação com os sindicatos, com o objetivo de construir uma única estrutura vertical orgânica da CUT:

- definir a ruptura definitiva de todos os sindicatos da CUT com as Federações pelegas, filiadas a outras centrais ou avessas à CUT, só repassando verbas à Central - de acordo com as normas estatutárias.

- até o 5º CONCURTO realizar um amplo processo de fusão entre a estrutura vertical da CUT e as organizações verticais construídas pelo sindicalismo cutista ou conquistadas pelo mesmo, preservando aquelas conquistas democráticas e organizativas dos trabalhadores. Todas as estruturas verticais da CUT, a ela filiadas ou dirigidas por cutistas que se encontrem

no mesmo ramo de atividade econômica, deverão iniciar imediatamente o debate e encaminhamentos para sua fusão numa única estrutura vertical da CUT.

- a estrutura vertical da CUT deve demarcar claramente com outras estruturas verticais existentes no movimento sindical brasileiro. A estrutura vertical a ser criada não é filiada, e sim integrada à Central, subordinada a seus estatutos e às instâncias horizontais da mesma.

- serão conformadas seguindo os critérios de ramo de atividade econômica de acordo a resolução anterior.

- a estrutura vertical da CUT terá o mesmo sistema de direção colegiada das estruturas horizontais da CUT (proposto na presente Resolução).

12. Um novo sistema de Direção da Central

Ficam modificados os estatutos no que diz respeito ao sistema de direção da Central pelos seguintes critérios:

- a Executiva Nacional será constituída por 24 membros e sua Direção Nacional por 83 membros efetivos e 41 suplentes, e se regerão pelo princípio do Colegiado;

- o presidente será eleito independentemente das chapas apresentadas para a Direção, de forma direta, pelo conjunto dos delegados ao Congresso;

- a estrutura da Executiva Nacional será composta por uma Coordenação Geral e 7 Secretarias: de Organização; de Administração e Finanças; de Relações Internacionais; de Política Sindical; de Políticas Sociais; de Formação; de

Comunicação;

- a Coordenação Geral da CUT será composta pelo presidente eleito no Congresso e por outros dois membros indicados pela proporcionalidade qualificada. Cada secretaria contará com três membros da Executiva indicados pela proporcionalidade qualificada. O titular da Secretaria de Organização será o Secretário Geral da CUT e o titular da Secretaria de Administração será o Tesoureiro da CUT. Todos os cargos titulares e a composição geral das Secretarias obedecerão ao critério da proporcionalidade qualificada;

- a Plenária Nacional da CUT se reunirá pelo menos uma vez ao ano; a Direção Nacional plena, pelo menos 2 vezes em cada semestre; a Executiva Nacional, terá uma periodicidade mínima de quinze dias;

- ficam estabelecidas normas para o recurso contra decisões das instâncias dirigentes em todos os níveis:

- 1/3 dos membros da Executiva Nacional ou das instâncias estaduais convocam a DN/CUT;

- 1/3 dos membros da DN/CUT convocam a Plenária Nacional da CUT;

- o mesmo critério vale para as demais instâncias da Central.

13. O método da proporcionalidade qualificada

Todas as eleições de instâncias da CUT devem seguir o critério da proporcionalidade qualificada, seja na eleição de estruturas verticais ou horizontais, de acordo com os critérios

seguintes.

A distribuição de cargos entre as chapas se fará da seguinte maneira: (a) Divide-se o número total de votos obtidos por cada chapa por 1, por 2, e assim sucessivamente até atingir o número de membros que ela conquistou na proporcionalidade. O resultado de cada cálculo indica a pontuação de cada membro eleito. (b) A escolha de cada cargo será feita pela chapa que indicou o membro eleito de acordo com a pontuação recebida. (c) Em caso de empate na pontuação, indica primeiro a chapa que obteve o maior número de votos no conjunto da votação.

Todas as assembleias de tirada de delegados para congressos da CUT devem respeitar o critério da proporcionalidade.

14. Um mecanismo democrático para a tirada de chapas cutistas em eleições

A CUT cresce na sua hegemonia e se consolida. Mas a burguesia prepara novos ataques através do Ministério do Trabalho e do “sindicalismo de resultados”. É assim fundamental consolidar o campo classista criado e hegemonizado pelo sindicalismo que fundou nossa Central. Para tanto é necessário garantir a unidade das correntes cutistas nos processos eleitorais.

Face a esse desafio, o 4º CONCURTO delibera a incorporação aos estatutos da Central do critério pelo qual será reconhecida e apoiada pela CUT, como sendo sua chapa, única e exclusivamente, aquela que tenha sido tirada em convenção cutista da categoria, respeitando o critério de proporcionalidade, e coordenada pela CUT Regional (ou, onde não houver, pela Estadual).

15. Os delegados dos Congressos da CUT

Ficam modificados os estatutos da Central nos seguintes pontos:

- os delegados do Congresso Nacional devem ser eleitos em assembleias de base;
- para definir o tamanho da delegação a que terá direito cada categoria, será usado como referência o total de trabalhadores na base, utilizando-se a Tabela dos estatutos originais da CUT;
- todos os delegados serão escolhidos nas assembleias, sendo que fica limitado a 1/3 da delegação o total de vagas para os diretores da entidade em questão;
- as oposições sindicais terão um tratamento igual ao das entidades filiadas (excluídas as vagas correspondentes à diretoria);
- ficam suprimidas as delegações diretas de entidades nacionais filiadas.

